



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	10410.903284/2009-66
Recurso nº	999.999 Voluntário
Acórdão nº	1802-001.931 – 2ª Turma Especial
Sessão de	03 de dezembro de 2013
Matéria	DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO
Recorrente	ALAGOAS RÁDIO E TELEVISÃO LTDA
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2002

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO.

A certeza e a liquidez do crédito são indispensáveis para a efetivação da compensação autorizada por lei. Ausentes estes requisitos, mantém-se a negativa em relação à compensação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

(assinado digitalmente)

Ester Marques Lins de Sousa- Presidente.

(assinado digitalmente)

José de Oliveira Ferraz Corrêa - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Ester Marques Lins de Sousa, José de Oliveira Ferraz Corrêa, Marciel Eder Costa, Nelsinho Kichel, Gustavo Junqueira Carneiro Leão e Marco Antonio Nunes Castilho.

Relatório

Trata-se de recurso voluntário contra decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Recife/PE, que manteve a negativa de homologação em relação a declaração de compensação apresentada pela Contribuinte, nos mesmos termos que já havia decidido anteriormente a Delegacia de origem.

Os fatos que deram origem ao presente processo estão assim descritos no relatório da decisão recorrida, Acórdão nº 11-35.179, às fls. 20 a 22:

A interessada acima qualificada apresentou Declaração de Compensação — DCOMP de fls. 09/13, por meio da qual compensou crédito do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ com débito de sua responsabilidade. O crédito informado, no valor de R\$ 1.174,09, seria decorrente de pagamento indevido ou a maior do imposto apurado por estimativa em março de 2002.

2. Através do despacho de fl. 07, emitido eletronicamente, a Delegacia da Receita Federal — DRF em Maceió identificou integral utilização anterior do pagamento para quitação de débito, em face do que não homologou a compensação declarada.

3. A interessada apresentou manifestação de inconformidade (fl. 01), afirmando que o IRPJ apurado em janeiro de 2006, declarado como débito na DCOMP em exame, não era definitivo e que, portanto, a empresa não é dele devedor. Requeru, nesse contexto, que se lhe reconheça o direito creditório.

Como mencionado, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Recife/PE manteve a negativa em relação à compensação, expressando suas conclusões com a seguinte ementa:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2002

COMPENSAÇÃO. REQUISITOS.

A certeza e a liquidez dos créditos são requisitos indispensáveis para a compensação autorizada por lei.

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR. UTILIZAÇÃO INTEGRAL. COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA.

Mantém-se o despacho decisório que não homologou a compensação quando constatado que o recolhimento indicado como fonte de crédito foi integralmente utilizado na quitação de débito.

*Manifestação de Inconformidade Improcedente**Direito Creditório Não Reconhecido*

Inconformada com essa decisão, da qual tomou ciência em 31/08/2012 (sexta-feira), a Contribuinte apresentou recurso voluntário em 02/10/2012, com os argumentos descritos abaixo:

DOS FATOS

- o contribuinte efetuou indevidamente em abril de 2002, pagamento de DARF no valor de R\$ 1.179,09, relativo ao IRPJ apurado involuntariamente por Estimativa Mensal em março de 2002, quando o seu Balancete de Suspensão do período apresentava saldo negativo da base de cálculo do Imposto de Renda, conforme demonstrado às Fichas-1 e 3, Fichas-11 Fls. 7,8,9 e 10, e ficha-12A Fls. 11 de sua DIPJ/2002 (em anexo);

- por entender que o imposto era devido, declarou desnecessariamente em DCTF, motivo pelo qual o pagamento foi reconhecido como integralmente vinculado ao suposto débito pela DRF/Maceió;

- como o imposto declarado foi pago indevidamente, representando crédito fiscal em favor do contribuinte, este por sua vez apresentou Declaração de Compensação - DCOMP para compensar débito do IRPJ apurado por estimativa mensal em janeiro de 2006, e involuntariamente no preenchimento do referido Pedido de Compensação, no campo "TIPO DE CRÉDITO" selecionou a opção "PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR" em lugar de "SALDO NEGATIVO DE IRPJ";

DO ESCLARECIMENTO

- o contribuinte reconhece que cometeu erro ao pagar em abril de 2002, o IRPJ apurado aleatoriamente no mês de março quando o seu Balanço de Suspensão/Redução apresentava Saldo negativo;

- reconhece também que cometeu erro por declarar em DCTF o imposto pago, que não era devido;

- reconhece por fim ter cometido erro de digitação no momento da seleção da opção no campo "TIPO DE CRÉDITO" da DCOMP;

DO DIREITO

- o contribuinte é optante do referido pagamento mensal previsto na Lei 9.430/1996, o qual utiliza uma base de cálculo estimada, sendo devido o imposto sempre que o contribuinte gere receita. Porém, nos meses em que se pleiteia tal restituição, o contribuinte apresentou saldo fiscal negativo, desobrigando-se, de acordo com os dispositivos legais, do pagamento do imposto;

- logo, se o contribuinte não possui saldo positivo na apuração da receita bruta mensal, conclui-se pela desnecessidade de pagamento de tributo;

DA OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE**CONTRIBUIÇÕES E TRIBUTOS FEDERAIS – DCTF**

Documento assinado digitalmente no e-DCTF MP-02-2009-2-10-24/08/2001

Autenticado digitalmente em 13/12/2013 por JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA, Assinado digitalmente em 13/12/2013 por JOSE DE OLIVEIRA FERRAZ CORREA, Assinado digitalmente em 27/12/2013 por ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

Impresso em 30/12/2013 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

- em virtude da obrigatoriedade de apresentação de DCTF, o contribuinte declarou a existência do imposto equivocadamente, o qual foi pago, consolidando o imposto, pago indevidamente, ao débito declarado;

- ressalta-se que a DCTF vinculou o valor pago indevidamente ao débito presumido, como se confissão fosse, efetivando um equívoco inicial e retirando do contribuinte um crédito que é seu por direito, suprimindo-o ao pagamento de um imposto que não existiu;

DO RESPALDO NA LEI N° 8.383/1991 E NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

- o simples fato de a DCTF ter vinculado os valores pagos equivocadamente a um tributo que não se devia, não faz nascer para a Fazenda Pública a garantia de permanecer com tais valores, consolidar o débito indevido e permanecer com tal decisão, denegando ao contribuinte o direito ao crédito compensatório;

- é tão verdade o direito do contribuinte que em decisão a um recurso voluntário interposto em caso similar ao caso em tela, a Seção do Conselho Administrativo De Recursos Fiscais do Distrito Federal, em julgado anterior, julgou procedente o referido recurso, confirmado o direito do contribuinte em reaver os valores efetuados de forma indevida, gerado em virtude de erro no preenchimento da DCTF;

DA OFENSA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA VERDADE MATERIAL

- de acordo com o princípio constitucional da verdade material ou real, a Administração deve tomar decisões com base nos fatos tais como se apresentam na realidade, não se satisfazendo com a versão oferecida pelos sujeitos. Para tanto, tem o direito e o dever de carregar para o expediente todos os dados, informações, documentos a respeito da matéria tratada, sem estar jungida aos aspectos considerados pelos sujeitos;

- diante do exposto, mostra-se ofendido tal princípio, tendo em vista que a documentação anexada ao pedido de inconformidade faz meio de prova material, tido como lícito e capaz de instruir o processo e levar o órgão decisório a tê-lo como base para seu referido acórdão;

A CONCLUSÃO

- à vista de todo o exposto, demonstrada a improcedência da decisão recorrida, espera e requer a recorrente seja acolhido o presente recurso para o fim de assim ser decidido, cancelando-se o débito fiscal reclamado.

Este é o Relatório.

Voto

Conselheiro José de Oliveira Ferraz Corrêa, Relator.

O recurso é tempestivo e dotado dos pressupostos para a sua admissibilidade. Portanto, dele tomo conhecimento.

A Contribuinte questiona decisão que não homologou declaração de compensação retificadora por ela apresentada em 12/07/2006 (fls. 13 a 17), na qual utiliza parte de um alegado crédito decorrente de “pagamento indevido” a título de estimativa de IRPJ referente ao mês de **março de 2002**.

Consulta ao sítio eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil esclarece que o PER/DCOMP original (retificado), de nº 01743.93844.250206.1.3.04-1183, foi apresentado em **25/02/2006**.

O DARF gerador do crédito foi recolhido em 29/04/2002 e possui o valor de R\$ 1.174,09.

A compensação abrange débito de estimativa de IRPJ referente ao mês de janeiro de 2006.

A negativa da Delegacia de origem se deu pelo argumento de que o reivindicado crédito no valor de R\$ 1.174,09 já havia sido integralmente utilizado em outro PER/DCOMP, de nº 17345.14425.201205.1.3.04-5593, conforme o Despacho Decisório de fls. 11.

A Contribuinte apresentou manifestação de inconformidade, alegando que o IRPJ apurado em janeiro de 2006, declarado como débito no PER/DCOMP em exame, não era definitivo e que, portanto, a empresa não era dele devedor, e requereu, nesse contexto, que lhe fosse reconhecido o direito creditório.

Na seqüência, a Delegacia de Julgamento (DRJ) manteve a negativa em relação à compensação, considerando que não estavam presentes os requisitos de certeza e liquidez para o reconhecimento do direito creditório, nos seguintes termos:

[...]

5. Corno se observa nos autos, a interessada efetuou, em abril de 2002, pagamento de DARF: no valor de R\$ 1.1741,09, relativo ao IRPJ apurado por estimativa em março de 2002. Por entender indevido ou a maior o pagamento, transmitiu a declaração ora em exame, por via da qual utilizou o suposto crédito para compensar débito do IRPJ apurado por estimativa em janeiro de 2006.

6, A DRF/Maceió constatou a existência do pagamento, todavia observou que o recolhimento fora integralmente utilizado como

crédito para compensar débito em outra DCOMP, nada restando para ser utilizado na DCOMP deste processo.

7. *Em consulta ao banco de dados da Receita Federal, verifiquei que a contribuinte efetivamente apresentou, em 20/12/2005, a DCOMP indicada no despacho decisório, por meio da qual utilizou o mesmo crédito ora pretendido para compensar débito do IRPJ apurado em novembro de 2004. A compensação foi totalmente homologada e o crédito foi integralmente utilizado.*

8. *Assim, não poderia a autoridade a quo reconhecer crédito algum para a interessada, dado que o valor recolhido já fora, ao tempo do decisório, integralmente alocado a débito regularmente confessado pelo sujeito passivo. E, não sendo líquido e certo o crédito contra a Fazenda Pública, não pode ser postulada sua compensação para extinguir débitos do sujeito passivo (art. 170 do Código Tributário Nacional - CTN) .*

9. *Ante o exposto, voto por julgar improcedente a manifestação de inconformidade.*

Desde o início, a negativa ao pleito da Contribuinte decorre do fato de o reivindicado crédito já ter sido utilizado integralmente em outra compensação já homologada (PER/COMP nº 17345.14425.201205.1.3.04-5593).

Os argumentos apresentados pela Contribuinte nas duas fases processuais em nada contribuem para demonstrar que o crédito ainda estava disponível.

Não está em questão a existência do direito creditório. O problema é que ele foi integralmente aproveitado em outro PER/DCOMP (já homologado), e a Contribuinte não trouxe nenhum elemento para refutar esse fato.

Nessa fase recursal, ela anexou cópias parciais de uma DIPJ retificadora referente ao ano-calendário de 2001 (Fichas 11 e 12-A), sem recibo de apresentação, que registram sinteticamente valores negativos de bases de cálculo para as estimativas mensais de IRPJ daquele referido ano.

Tais documentos em nada contribuem para caracterizar a disponibilidade do crédito em questão nestes autos, que diz respeito à estimativa de IRPJ de março de 2002.

De acordo com o art. 333, I, do Código de Processo Civil Brasileiro – CPC, “o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito”.

A certeza e a liquidez do crédito são indispensáveis para a efetivação da compensação autorizada por lei. Ausentes estes requisitos, mantém-se a negativa em relação à compensação.

Deste modo, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

(assinado digitalmente)

CÓPIA